

ANEXO II - DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2025**CONHECIMENTOS COMUNS****TODOS OS CARGOS**

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipos e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 10. Locuções verbais (perífrases verbais). 11. Funções do “que” e do “se”. 12. Formação de palavras. 13. Elementos de comunicação. 14. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 15. Concordância verbal e nominal. 16. Regência verbal e nominal. 17. Colocação pronominal. 18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 19. Elementos de coesão. 20. Função textual dos vocábulos. 21. Variação linguística.

TODOS OS CARGOS (EXCETO PARA CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA)

Noções de Direito Eleitoral: 1. Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral). 1.1. Introdução; 1.2. Órgãos da justiça eleitoral; 1.2.1. Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 1.2.2. Tribunais regionais eleitorais; 1.2.3. Juízes eleitorais e juntas eleitorais: composição, competências e atribuições; 1.3. Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. 2. Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. 2.1. Disposições gerais; 2.2. Coligações; 2.3. Convenções para escolha de candidatos; 2.4. Registro de candidatos; 2.5. Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 3. Lei nº 9.096/1995 e suas alterações. 3.1. Disposições preliminares; 3.2. Filiação partidária. 4. Resolução do TSE nº 23.659/2021. 4.1. Alistamento eleitoral; 4.2. Transferência de domicílio eleitoral; 4.3. Segunda via da inscrição; 4.4. Título eleitoral; 4.5. Acesso às informações constantes do cadastro; 4.6. Restrição de direitos políticos; 4.7. Revisão do eleitorado; 4.8. Restrição de direitos políticos; 4.9. Revisão do eleitorado.

Noções de Direito Constitucional: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1. Princípios fundamentais. 2. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada; 2.2. Normas programáticas. 3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 4. Organização político-administrativa do Estado. 4.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. 5. Administração pública. 5.1. Disposições gerais, servidores públicos. 6. Poder executivo. 6.1. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 7. Poder legislativo. 7.1. Estrutura; 7.2. Funcionamento e atribuições; 7.3. Processo legislativo; 7.4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; 7.5. Comissões parlamentares de inquérito. 8. Poder judiciário. 8.1. Disposições gerais; 8.2. Órgãos do poder judiciário; 8.3. Organização e competências; 8.4. Conselho Nacional de Justiça; 8.4.1. Composição e competências. 9. Funções essenciais à justiça. 9.1. Ministério Público, Advocacia Pública; 9.2. Defensoria Pública.

Noções de Direito Administrativo: 1. Noções de organização administrativa. 1.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; 1.2. Administração direta e indireta; 1.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 2. Ato administrativo. 2.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3. Agentes públicos. 3.1. Legislação pertinente; 3.1.1. Disposições constitucionais aplicáveis; 3.2. Disposições doutrinárias; 3.2.1. Conceito; 3.2.2. Espécies; 3.2.3. Cargo, emprego e função pública. 4. Poderes administrativos. 4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 4.2. Uso e abuso do poder. 5. Controle da administração pública. 5.1. Controle exercido pela administração pública; 5.2. Controle judicial; 5.3. Controle legislativo. 6. Responsabilidade civil do Estado. 6.1. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; 6.1.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado; 6.1.2. Responsabilidade por omissão do Estado; 6.2. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; 6.3. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins: 1. Resolução nº 282, de 11 de dezembro de 2012; 1.1. Livro I – Da organização e Competência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CARGO 401: ANALISTA JUDICIÁRIO; ÁREA JUDICIÁRIA**

Conhecimentos específicos: 1. DIREITO CONSTITUCIONAL: 1.1. Aplicabilidade das normas constitucionais; 1.1.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada; 1.1.2. Normas programáticas; 1.2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; 1.2.1. Princípios fundamentais; 1.2.2. Direitos e garantias fundamentais; 1.2.2.1. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; 1.2.2.2. Dos Direitos Sociais; 1.2.2.3. Da Nacionalidade; 1.2.2.4. Dos Direitos Políticos; 1.2.2.5. Dos Partidos Políticos; 1.2.3. Organização político-administrativa do Estado; 1.2.3.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios; 1.2.4. Poder Legislativo; 1.2.4.1. Do Congresso Nacional e suas Atribuições; 1.2.4.2. Da Câmara dos Deputados e dos Deputados; 1.2.4.3. Do Senado Federal e dos Senadores; 1.2.4.4. Das Reuniões e das Comissões; 1.2.4.5. Do Processo Legislativo; 1.2.4.6. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária; 1.2.5. Poder

Executivo; 1.2.5.1. Do Presidente e do Vice-Presidente da República; 1.2.5.2. Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República; 1.2.5.3. Da Responsabilidade do Presidente da República; 1.2.5.4. Dos Ministros de Estado; 1.2.5.5. Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional; 1.2.6. Poder Judiciário; 1.2.6.1. Disposições gerais; 1.2.6.2. Órgãos do poder Judiciário; 1.2.6.3. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça; 1.2.7. Funções essenciais à justiça; 1.2.7.1. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. 2. DIREITO ADMINISTRATIVO: 2.1. Estado, governo e administração pública; 2.1.1. Conceitos; 2.2. Direito administrativo; 2.2.1. Conceito; 2.2.2. Objeto; 2.2.3. Fontes; 2.3. Ato administrativo; 2.3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 2.3.2. Extinção do ato administrativo; 2.3.3. Cassação, anulação, revogação e convalidação; 2.3.4. Decadência administrativa; 2.4. Agentes públicos; 2.4.1. Conceito; 2.4.2. Espécies; 2.4.3. Cargo, emprego e função pública; 2.4.3.1. Provimento; 2.4.3.2. Vacância; 2.4.3.3. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade; 2.4.4. Remuneração; 2.4.5. Direitos e deveres; 2.4.6. Responsabilidade; 2.4.7. Processo administrativo disciplinar; 2.4.8. Disposições constitucionais aplicáveis; 2.5. Poderes da administração pública; 2.5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; 2.5.2. Uso e abuso de poder; 2.6. Regime jurídico-administrativo; 2.6.1. Conceito; 2.6.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública; 2.7. Responsabilidade civil do Estado; 2.7.1. Evolução histórica; 2.7.2. Responsabilidade por ato comissivo do Estado; 2.7.3. Responsabilidade por omissão do Estado; 2.7.4. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; 2.7.5. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; 2.7.6. Reparação do dano; 2.7.7. Direito de regresso; 2.8. Serviços públicos; 2.8.1. Conceito; 2.8.2. Elementos constitutivos; 2.8.3. Formas de prestação e meios de execução; 2.8.4. Delegação; 2.8.4.1. Concessão, permissão e autorização; 2.8.5. Classificação; 2.8.6. Princípios; 2.9. Organização administrativa; 2.9.1. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; 2.9.2. Entidades paraestatais e terceiro setor; 2.9.2.1. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público; 2.10. Controle da administração pública; 2.10.1. Controle exercido pela administração pública; 2.10.2. Controle judicial; 2.10.3. Controle legislativo; 2.10.4. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa); 2.11. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo); 2.12. Licitações e contratos administrativos; 2.12.1. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 3. DIREITO ELEITORAL: 3.1. Direitos políticos; 3.1.1. Direitos fundamentais e direitos políticos; 3.1.2. Privação dos direitos políticos; 3.2. Direito eleitoral; 3.2.1. Conceito e fundamentos; 3.2.2. Fontes do Direito Eleitoral; 3.2.3. Princípios de Direito Eleitoral; 3.2.4. Hermenêutica eleitoral; 3.3. Poder representativo; 3.3.1. Sufrágio; 3.3.1.1. Natureza; 3.3.1.2. Extensão do sufrágio; 3.3.1.3. Valor do sufrágio; 3.3.1.4. Modo de sufrágio; 3.3.1.5. Formas de sufrágio; 3.4. Organização eleitoral; 3.4.1. Distribuição territorial; 3.4.2. Sistemas eleitorais; 3.5. Justiça Eleitoral; 3.5.1. Características institucionais; 3.5.2. Órgãos e composição; 3.5.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral; 3.5.4. Competências; 3.5.5. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições; 3.6. Ministério Público Eleitoral; 3.6.1. Composição; 3.6.2. Atribuições; 3.6.3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral; 3.7. Capacidade eleitoral; 3.7.1. Requisitos; 3.7.2. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral; 3.8. Alistamento eleitoral; 3.8.1. Ato de alistamento; 3.8.2. Fases do alistamento; 3.8.3. Efeitos do alistamento; 3.8.4. Cancelamento e exclusão; 3.8.5. Revisão do eleitorado; 3.9. Elegibilidade; 3.9.1. Registro de candidaturas; 3.9.2. Convenção Partidária; 3.9.3. Coligação Partidária; 3.9.4. Processo de Registro de Candidatura; 3.9.5. Impugnações ao Registro de Candidatura; 3.9.6. Inelegibilidades; 3.9.6.1. Inelegibilidades constitucionais; 3.9.6.2. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais; 3.9.6.3. Arguição judicial de inelegibilidade; 3.10. Partidos políticos; 3.10.1. Sistemas partidários; 3.10.2. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos; 3.10.3. Federações partidárias (Lei nº 14.208/2021); 3.10.4. Órgãos partidários; 3.10.5. Filiação partidária; 3.10.6. Fidelidade partidária; 3.10.7. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas; 3.11. Garantias eleitorais; 3.11.1. Liberdade de escolha; 3.11.2. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto; 3.11.3. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político; 3.11.4. Transporte de eleitores das zonas rurais; 3.11.5. Repressão à violência política; 3.12. Campanha eleitoral; 3.12.1. Financiamento de campanha eleitoral e abuso do poder econômico; 3.12.2. Propaganda eleitoral; 3.12.3. Conceito; 3.13.4. Poder de polícia; 3.13.5. Pesquisas e testes pré-eleitorais; 3.13.5. Propaganda eleitoral em geral; 3.13.6. Propaganda eleitoral em outdoor; 3.13.7. Propaganda eleitoral na Internet; 3.13.8. Propaganda eleitoral na imprensa; 3.13.9. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão; 3.13.10. Direito de resposta; 3.13.11. Moderação de conteúdo; 3.13.12. Permissões e vedações no dia da eleição; 3.13.13. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais; 3.13.14. Captação irregular de sufrágio; 3.13.15. Procedimento preparatório eleitoral; 3.14. Atos preparatórios à votação; 3.15. Processo de votação; 3.16. Apuração eleitoral; 3.16.1. Diplomação; 3.16.2. Recurso contra expedição de diploma; 3.16.3. Candidato eleito com pedido de registro sub judice e realização de eleição suplementar; 3.17. Ações judiciais eleitorais; 3.17.1. Ação de impugnação de registro de candidatura; 3.17.2. Representações por propaganda ilícita ou irregular; 3.17.3. Ação de impugnação de registro ou divulgação de pesquisas eleitorais; 3.17.4. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder de autoridade, político e econômico; 3.17.5. Ação por captação ilícita de sufrágio; 3.17.6. Ação por conduta vedada a agentes públicos; 3.17.7. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais; 3.17.8. Ação de impugnação de mandato eletivo; 3.17.9. Fraude à cota de gênero; 3.17.10. Ação por doação acima dos limites legais; 3.18. Recursos eleitorais; 3.19. Perda do mandato eletivo e eleições suplementares; 3.20. Crimes eleitorais; 3.20.1. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais; 3.20.2. Crimes eleitorais puros ou específicos; 3.20.3. Crimes eleitorais acidentais; 3.20.4. Crimes cometidos no alistamento eleitoral; 3.20.5. Crimes cometidos no alistamento partidário; 3.20.6. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades; 3.20.7. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral; 3.20.8. Corrupção eleitoral; 3.20.9. Coação eleitoral; 3.20.10. Violência política contra a mulher (Lei nº 14.192/2021); 3.20.11. Crimes eleitorais na votação; 3.20.12. Crimes eleitorais na apuração; 3.20.13. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral.

3.20.14. Crimes contra o Funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral (Lei nº 14.197/2021). 3.20.15. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral. 3.20.16. Crimes eleitorais e sanções penais. 3.21. Processo penal eleitoral. 3.21.1. Prisão e período eleitoral. 3.21.2. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. 3.21.3. Medidas despenalizadoras. 3.21.4. Ação penal eleitoral. 3.21.5. Recursos. 4. DIREITO CIVIL: 4.1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 4.1.1. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 4.1.2. Conflito das leis no tempo. 4.1.3. Eficácia das leis no espaço. 4.2. Pessoas naturais. 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Início da pessoa natural. 4.2.3. Personalidade. 4.2.4. Capacidade. 4.2.5. Direitos da personalidade. 4.2.6. Nome civil. 4.2.7. Estado civil. 4.2.8. Domicílio. 4.2.9. Ausência. 4.3. Pessoas jurídicas. 4.3.1. Disposições Gerais. 4.3.2. Conceito e Elementos Caracterizadores. 4.3.3. Constituição. 4.3.4. Extinção. 4.3.5. Capacidade e direitos da personalidade. 4.3.6. Sociedades de fato. 4.3.7. Associações. 4.3.8. Sociedades. 4.3.9. Fundações. 4.3.10. Grupos despersonalizados. 4.3.11. Desconsideração da personalidade jurídica. 4.3.12. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4.4. Bens. 4.4.1. Diferentes classes. 4.4.2. Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.4.3. Bens no comércio e fora do comércio. 4.5. Fato jurídico. 4.6. Negócio jurídico. 4.6.1. Disposições gerais. 4.6.2. Classificação e interpretação. 4.6.3. Elementos. 4.6.4. Representação. 4.6.5. Condição, termo e encargo. 4.6.6. Defeitos do negócio jurídico. 4.6.7. Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 4.6.8. Simulação. 4.7. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 4.8. Prescrição e decadência. 4.9. Prova do fato jurídico. 4.10. Contratos. 4.10.1. Princípios. 4.10.2. Classificação. 4.10.3. Contratos em geral. 4.10.4. Disposições gerais. 4.10.5. Interpretação. 4.10.6. Extinção. 4.10.7. Espécies de contratos regulados no Código Civil. 5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 5.1. Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 5.2. Normas processuais civis. 5.3. A jurisdição. 5.4. A Ação. 5.4.1. Conceito, natureza, elementos e características. 5.4.2. Condições da ação. 5.4.3. Classificação. 5.5. Pressupostos processuais. 5.6. Preclusão. 5.7. Sujeitos do processo. 5.7.1. Capacidade processual e postulatória. 5.7.2. Deveres das partes e procuradores. 5.7.3. Procuradores. 5.7.4. Sucessão das partes e dos procuradores. 5.7.5. Litisconsórcio. 5.8. Intervenção de terceiros. 5.9. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 5.10. Ministério Público. 5.11. Advocacia Pública. 5.12. Defensoria Pública. 5.13. Atos processuais. 5.13.1. Forma dos atos. 5.13.2. Tempo e lugar. 5.13.3. Prazos. 5.13.4. Comunicação dos atos processuais. 5.13.5. Nulidades. 5.13.6. Distribuição e registro. 5.13.7. Valor da causa. 5.14. Tutela provisória. 5.14.1. Tutela de urgência. 5.14.2. Disposições gerais. 5.15. Formação, suspensão e extinção do processo. 5.16. Processo de conhecimento e do cumprimento de 65 sentença. 5.16.1. Procedimento comum. 5.16.2. Disposições Gerais. 5.16.3. Petição inicial. 5.16.4. Improcedência liminar do pedido. 5.16.5. Contestação, reconvenção e revelia. 5.16.6. Providências preliminares e de saneamento. 5.16.7. Julgamento conforme o estado do processo. 5.16.8. Provas. 5.16.9. Sentença e coisa julgada. 5.16.10. Cumprimento da sentença. 5.16.11. Disposições Gerais. 5.16.12. Cumprimento. 5.16.13. Liquidação. 5.17. Processos de execução. 5.18. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 5.19. Disposições finais e transitórias. 5.20. Mandado de segurança. 5.21. Ação popular. 5.22. Ação civil pública. 5.23. Ação de improbidade administrativa. 5.24. Súmulas do STF e do STJ. 5.25. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. 5.26. Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). 5.27. Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre mediação). 6. DIREITO PENAL: 6.1. Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 6.2. Aplicação da lei penal. 6.2.1. A lei penal no tempo e no espaço. 6.2.2. Tempo e lugar do crime. 6.2.3. Interpretação da lei penal. 6.2.4. Analogia. 6.2.5. Irretroatividade da lei penal. 6.2.6. Conflito aparente de normas penais. 6.3. Ilícitude. 6.4. Culpabilidade. 6.5. Concurso de Pessoas. 6.6. Penas. 6.6.1. Espécies de penas. 6.6.2. Cominação das penas. 6.7. Ação penal. 6.8. Punibilidade e causas de extinção. 6.9. Prescrição. 6.10. Crimes contra a fé pública. 6.11. Crimes contra a Administração Pública. 6.12. Lei nº 13.869/2019, e suas alterações (abuso de autoridade). 6.13. Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 6.14. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 6.15. Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). 6.16. Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000). 6.17. Súmulas do STF e do STJ. 7. REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS: 7.1. Resolução nº 282, de 11 de dezembro de 2012.

CARGO 402: ANALISTA JUDICIÁRIO; ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA; ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Conhecimentos específicos: 1. CONTABILIDADE GERAL: 1.1. Contabilidade: 1.1.1. Objeto e objetivos da contabilidade; 1.1.2. Técnicas contábeis; 1.1.3. Campo de aplicação da contabilidade; 1.2. Patrimônio. 1.2.1. Aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio; 1.2.2. Ativo, passivo e patrimônio líquido; 1.3. Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa: conteúdo, classificação e critérios de avaliação; 1.4. Contas a receber: conceito, conteúdo e critérios contábeis; 1.5. Estoques: conceito e classificação; 1.5.1. Critérios de avaliação de estoques; 1.6. Realizável a longo prazo (não circulante): conceito e classificação; 1.7. Ajuste a valor presente: cálculo e contabilização de contas ativas e passivas; 1.8. Mensuração do valor justo; 1.8.1. Definição do valor justo; 1.8.2. Valor justo: aplicação para ativos, passivos e instrumentos patrimoniais; 1.9. Ativo Imobilizado: conceituação, classificação e conteúdos das contas; 1.9.1. Critérios de avaliação e mensuração do ativo imobilizado; 1.9.2. Redução ao valor recuperável; 1.9.3. Depreciação, exaustão e amortização; 1.10. Ativos intangíveis: definição, reconhecimento e mensuração; 1.10.1. Impairment test: intangíveis com vida útil definida e indefinida; 1.11. Passivo exigível: conceitos gerais, avaliação e conteúdo do passivo; 1.11.1. Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações; 1.11.2. Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros títulos de dívida; 1.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; 1.13. Patrimônio Líquido. 1.13.1. Reservas de capital; 1.13.2. Ajustes de avaliação patrimonial; 1.13.3. Reservas de lucros; 1.13.4. Ações em tesouraria; 1.13.5. Prejuízos acumulados; 1.13.6. Dividendos; 1.14. Receitas de vendas de

produtos e serviços. 1.14.1. Conceitos e mensuração da receita e o momento de seu reconhecimento; 1.14.2. Deduções das vendas; 1.15. Custos e despesas. 1.15.1. Custo das mercadorias e dos produtos vendidos e dos serviços prestados; 1.15.2. Despesas e outros resultados operacionais; 1.16. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 1.16.1. Balanço patrimonial; 1.16.2. Demonstração do resultado do exercício; 1.16.3. Demonstração de fluxos de caixa (métodos direto e indireto); 1.16.4. Demonstração do valor adicionado; 1.16.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; 1.16.6. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados; 1.17. Contabilidade de partidos políticos e campanhas eleitorais. 1.17.1. Accountability e a competência da contabilidade; 1.17.2. Receitas e despesas de partidos políticos - Doações legais de pessoas físicas e jurídicas; 1.17.3. Doações de pessoas físicas e jurídicas; 1.17.4. Sobras financeiras de campanhas eleitorais; 1.17.5. Utilização e transferências de recursos financeiros em campanhas eleitorais; 1.17.6. Depósitos bancários, empréstimos, aplicações financeiras e juros de operações bancárias em campanhas eleitorais; 1.17.7. Escrituração digital e SPED; 1.17.8. Relatórios de prestações de contas de campanhas. 1.18. Folha de Pagamento: cálculos, tratamento de encargos e contabilização; 1.19. Custos 1.19.1 Custeio real ou custeio por absorção; 1.19.2. Custeio direto (ou custeio variável); 1.19.3. Custo-padrão; 1.19.4. Custeio baseado em atividades; 1.19.5. Custos para tomada de decisões; 1.19.6. Sistemas de custos e informações gerenciais; 1.19.7 Estudo da relação custo versus volume versus lucro; 1.20. Análise econômico-financeira; 1.20.1. Indicadores de liquidez; 1.20.2. Indicadores de rentabilidade; 1.20.3. Indicadores de lucratividade; 1.20.4. Indicadores de Endividamento; 1.20.5. Indicadores de estrutura de capitais; 1.20.6. Índices de Rotatividade; 1.20.7. Ciclo Financeiro e Ciclo Operacional; 1.20.8. Análise vertical e horizontal. 2. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: 2.1. Conceituação, objeto e campo de aplicação; 2.2. Princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público; 2.3. Patrimônio público. 2.3.1. Ativo; 2.3.2. Passivo; 2.3.3. Saldo patrimonial; 2.3.4. Transações com e sem Contraprestação; 2.4. Variações patrimoniais. 2.4.1. Variações qualitativas e quantitativas; 2.4.2. Realização da variação patrimonial; 2.4.3. Resultado patrimonial; 2.5. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial; 2.6. Mensuração de ativos. 2.6.1. Ativo imobilizado; 2.6.2. Ativo intangível; 2.6.3. Reavaliação e redução ao valor recuperável; 2.6.4. Depreciação; 2.6.5. Amortização; 2.6.7. Exaustão; 2.7. Mensuração de passivos. 2.7.1. Provisões; 2.7.2. Passivos contingentes; 2.8. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições; 2.9. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): 2.9.1. Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP. 2.9.2. Classificação e Detalhamento das Contas do PCASP. 2.9.3. Conta contábil. 2.9.4. Natureza de Informações. 2.9.5. Registro Contábil. 2.10. Transações no setor público; 2.11. Receita e despesa pública. 2.11.1. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 2.12. Execução orçamentária e financeira; 2.13. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 2.13.1. Balanço orçamentário; 2.13.2. Balanço financeiro; 2.13.3. Demonstração das variações patrimoniais; 2.13.4. Balanço patrimonial; 2.13.5. Demonstração de fluxos de caixa; 2.13.6. Demonstração das mutações do patrimônio líquido; 2.13.7. Notas explicativas às demonstrações contábeis; 2.13.8. Consolidação das Demonstrações Contábeis; 2.14. Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO): 2.14.1. Receita Orçamentária; 2.14.2. Conceito, Classificação da Receita Orçamentária; 2.14.3 Reconhecimento da Receita Orçamentária; 2.14.4. Relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil; 2.14.5. Etapas da Receita Orçamentária; 2.14.6. Procedimentos Contábeis referentes à Receita Orçamentária; 2.14.7. Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária; 2.14.8. Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais; 2.14.9. Reconhecimento da Despesa Orçamentária; 2.14.10. Etapas da Despesa Orçamentária; 2.14.11. Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária; 2.14.12. Despesas de Exercícios Anteriores; 2.15. Registros Contábeis de Operações Típicas; 2.16. Procedimentos Contábeis Específicos (PCE): 2.16.1 Regimes Próprios de Previdência Privada (RPPS); 2.16.2. Dívida Ativa; 2.16.3. Parcerias Público-Privadas (PPP); 2.16.4. Consórcios Públicos; 2.16.5; Operações de Crédito; 2.16.6. Fundeb; 2.16.7. Precatórios em Regime Especial; 2.17. Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial; 2.18. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 11ª edição; 2.19. NBC TSP Estrutura Conceitual; 2.20. NBC TSP 01 a NBC TSP 34; 2.21. Lei nº 4.320/1964. 2.22. Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs (00 a 16). 3. AUDITORIA GOVERNAMENTAL: 3.1. Conceito, evolução; 3.1.1. Auditoria interna e externa: papéis; 3.2. Auditoria de regularidade e auditoria operacional; 3.3. Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção; 3.4. Planejamento de auditoria. 3.4.1. Plano de auditoria baseado no risco; 3.4.2. Atividades preliminares; 3.4.3. Determinação de escopo; 3.4.4. Materialidade, risco e relevância; 3.4.5. Exame e avaliação do controle interno; 3.4.6. Risco inerente, de controle e de detecção; 3.4.7. Risco de auditoria; 3.4.8. Matriz de Planejamento; 3.4.9. Programa de auditoria; 3.4.10. Papéis de trabalho; 3.4.11. Testes de auditoria; 3.4.12. Importância da amostragem estatística em auditoria; 3.5. Execução da auditoria. 3.5.1. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica; 3.6. Evidências. 3.6.1. Caracterização de achados de auditoria; 3.6.2. Matriz de Achados e Matriz de Responsabilização; 3.7. Comunicação dos resultados: relatórios de auditoria; 3.8. Monitoramento; 3.9. Documentação da auditoria; 3.10. Supervisão e Controle de Qualidade; 3.11. Procedimentos em processos de prestação de contas da Administração Pública Federal; 3.12. Noções de orçamento público. 3.12.1. Lei orçamentária anual; 3.12.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias; 3.12.3. Plano Plurianual; 3.12.4. Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações; 3.13. NBC TI 01 – Auditoria Interna; 4. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 4.1. Orçamento público. 4.1.1. Conceito; 4.1.2. Técnicas orçamentárias; 4.1.3. Princípios orçamentários; 4.1.4. Ciclo orçamentário; 4.1.5. Processo orçamentário; 4.2. O orçamento público no Brasil. 4.2.1. Sistema de planejamento e de orçamento federal; 4.2.2. Plano plurianual; 4.2.3. Diretrizes orçamentárias; 4.2.4. Orçamento anual; 4.2.5. Sistema e processo de orçamentação; 4.2.6. Classificações orçamentárias; 4.2.7. Estrutura programática; 4.2.8. Créditos ordinários e

adicionais; 4.3. Programação e execução orçamentária e financeira. 4.3.1. Descentralização orçamentária e financeira; 4.3.2. Acompanhamento da execução; 4.3.3. Sistemas de informações; 4.3.4. Alterações orçamentárias; 4.4. Receita pública. 4.4.1. Conceito, ingresso e receitas; 4.4.2. Classificação das receitas públicas; 4.4.3. Estágios; 4.4.4. Fontes; 4.4.5. Dívida ativa; 4.5. Despesa pública. 4.5.1. Conceito e classificações; 4.5.2. Estágios; 4.5.3. Restos a pagar; 4.5.4. Despesas de exercícios anteriores; 4.5.5. Dívida flutuante e fundada; 4.5.6. Suprimento de fundos; 4.6. Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). 4.6.1. Planejamento; 4.6.2. Receita pública; 4.6.3. Despesa pública; 4.6.4. Transferências voluntárias; 4.6.5. Destinação de recursos públicos para o setor privado; 4.6.6. Dívida e endividamento; 4.6.7. Gestão patrimonial; 4.6.8. Transparência, controle e fiscalização; 4.6.9. Operações de Créditos; 4.6.10. Disposições preliminares, finais e transitórias; 4.7. Classificações: 4.7.1. Classificação por Esfera Orçamentária; 4.7.2. Classificação Institucional; 4.7.3. Classificação Funcional; 4.7.4. Estrutura Programática; 4.7.5. Outras classificações; 4.8. Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações; 4.9. Constituição Federal de 1988 (Das Finanças Públicas: Art. 163 a Art. 169); 5. NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL: 5.1. Lei nº 13.165/2015; 5.2. Prestação de contas partidárias; 5.3. Prestação de contas de campanha. 5.4. Constituição Federal de 1988 (Dos Direitos Políticos e Dos Partidos Políticos: Art. 14 a Art. 17);

CARGO 403: ANALISTA JUDICIÁRIO; ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO; ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conhecimentos específicos: 1. ENGENHARIA DE SOFTWARE. 1.1. Engenharia de requisitos; 1.1.1. Gestão de backlog; 1.1.2. Produto mínimo viável (MVP); 1.1.3. Gestão de Dívida Técnica; 1.1.4. Técnicas de priorização e de estimativas (Análise de Pontos de Função, Story Points); 1.2. Análise e projeto; 1.3. Implementação: orientação a objetos, estruturas de dados e algoritmos; 1.4. Qualidade de software; 1.4.1. Teste unitário; 1.4.2. Mocks, stubs; 1.4.3. Teste de integração; 1.4.4. Teste de RNF (carga, estresse); 1.4.5. Revisão e programação por pares; 1.4.6. Desenvolvimento orientado a testes (TDD); 1.4.7. Testes automatizados; 1.5. Ferramentas de controle de versão; 1.6. Ferramentas de automação de build; 1.7. Ferramentas de integração contínua; 1.8. Padrões de projeto e SOLID 1.9. Gestão de configuração; 1.9.1. DevOps, modelo de versionamento, merge, branch, pipeline, CI/CD e database migration; 1.10. Low-code e no-code software development; 1.11. Conceitos de governança de dados; 1.12. Metodologias ágeis para o desenvolvimento de software: Scrum, XP, Lean; 1.13. Unified Modeling Language (UML). 2. DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS. 2.1. Desenvolvimento web; 2.1.1. HTML5, CSS3, JavaScript, TypeScript, WebSocket; 2.1.2. AJAX, REST, Single Page Application (SPA) e Frameworks Angular e React; 2.1.3. Usabilidade, responsividade e acessibilidade na Internet, padrões W3C; 2.1.4. Segurança de aplicações web: CSRF, CORS, cabeçalhos de segurança HTTP; 2.2. Arquitetura de software; 2.2.1. Interoperabilidade de sistemas; 2.2.2. Arquitetura orientada a serviços (SOA); 2.2.3. Arquitetura orientada a objetos; 2.2.4. Arquitetura de aplicações para ambiente web; 2.2.5. Noções de Arquitetura Cliente-Servidor; 2.2.6. Noções de estilos de arquitetura de aplicações para ambiente web; 2.2.6.1. Servidor de aplicações e servidor web; 2.3. Ambientes Internet, extranet, intranet e portal: finalidades, características físicas e lógicas, aplicações e serviços; 2.4. Linguagens de programação Java (versão 8 e superiores), Python 3 e PHP; 2.5. Noções e conceitos de desenvolvimento para dispositivos móveis. 3. ARQUITETURA DE DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO (PDPJ-Br). 3.1. Arquitetura distribuída de microsserviços: API RESTful, JSON, Framework Spring, Spring Cloud, Spring Boot, Spring Eureka, Zuul, Map Struct, Swagger, Service Discovery, API Gateway; 3.2. Persistência: JPA 2.0, Hibernate 4.3 ou superior, Hibernate Envers, Biblioteca Flyway; 3.3. Serviços de autenticação: SSO Single Sign-On, Protocolo OAuth2 (RFC 6749); 3.4. Mensageria e Webhooks: Message Broker, RabbitMQ, Evento negocial, Webhook, APIs reversas; 3.5. Ferramenta de versionamento Git; 3.6. Ambientes de clusters, Kubernetes; 3.7. Ferramentas de orquestração de containers, Rancher; 3.8. Deploy de aplicações: Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD). 4. NORMATIVOS DA PDPJ-BR. 4.1. Resolução CNJ nº 522/2023 – institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciais e administrativas no âmbito do Poder Judiciário; 4.2. Resolução CNJ nº 335/2020 – institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br); Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça; 4.3. Portaria CNJ nº 252/2020 – dispõe sobre o Modelo de Governança e Gestão da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br); 4.4. Portaria CNJ nº 253/2020 – institui os critérios e as diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br); 4.5. Portaria CNJ nº 131/2021 – institui o Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe); 4.6. Resolução CNJ nº 396/2021 – institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ); 4.7. Portaria CNJ nº 162/2021 – aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). 5. INFRAESTRUTURA. 5.1. Sistemas operacionais: fundamentos, gestão de processos, gestão de memória, gestão de entrada e saída, instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows Server 2012 e 2016, Ubuntu Server 22.04 e superiores, RedHat Enterprise Linux versões 5, 6 e 7; 5.2. Redes de computadores: fundamentos, tecnologias ethernet, Fibre Channel, iSCSI, padrão wi-fi IEEE 802.11x; dispositivos: repetidores, bridges, switches e roteadores; implantação de VOIP e VPN; segurança: firewall, certificado digital, antivírus, anti-spam; Modelo de Referência OSI; Protocolo TCP/IP; Active Directory (AD); 5.3. Serviços: backup/restore, arquitetura em nuvem (SaaS, IaaS e Paas), virtualização; 5.4. Servidores de Aplicação: Tomcat 10, JBoss 7; 5.5. Noções de arquitetura de TI; 5.6. Containerização de aplicações, Docker e DevOps; 5.7. IPv4 e IPv6; 5.8. Serviços e protocolos de rede: DNS, DHCP, WINS, LDAP, SMTP, SMB, IMAP, POP3, SNMP, WMI, HTTP, HTTPS, Telnet, SSH, FTP, File Server; 5.9. Infraestrutura como código (IAC); 5.9.1. Linguagens de script (Ansible, Terraform, ShellScript); 5.10. Resiliência de aplicações; 5.10.1. Técnicas (Cache, Fallback, Circuit Breaker, Disaster Recovery, Contingência, Balanceamento de Carga Global de Servidores (GSLB), Site Ativo X Ativo). 6. BANCOS DE DADOS. 6.1. Banco de dados; 6.1.1. Conceitos básicos; 6.1.2. Arquitetura; 6.1.3. Estruturas de dados; 6.1.4. Modelagem e normalização de dados; 6.1.5. Noções de administração de dados e de banco de dados; 6.1.6. Oracle 21C, MySQL, PostgreSQL, SQLite; 6.2. Integridade referencial; 6.3. Metadados; 6.4. Modelagem dimensional; 6.5. Linguagem de consulta

estruturada (SQL ANSI); 6.6. Linguagem de definição de dados (DDL); 6.7. Linguagem de manipulação de dados (DML); 6.8. SGBD; 6.9. Propriedades de banco de dados; 6.10. Banco de dados NoSQL; 6.11. Banco de dados em memória; 6.12. Dados Estruturados e Não Estruturados; 6.13. Avaliação de modelos de dados; 6.14. Técnicas de Integração e Ingestão de Dados (ETL/ELT, Transferência de Arquivos e Integração via Base de Dados); 6.15. Conceitos de Aprendizado de Máquina, Análise de Dados, Data Lakes e soluções para Big Data; 6.16. Ferramentas de visualização de dados; 6.16.1. Qlik Sense. 7. GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. 7.1. Gerenciamento de projetos (PMBOK 7ª edição); 7.2. Processos, grupos de processos e área de conhecimento; 7.3. Gestão de Segurança da Informação e Privacidade; 7.3.1. Conhecimentos em estruturação da gestão de segurança da informação, elaboração de políticas e normas de segurança, e acompanhamento do desempenho; 7.3.1.1 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); 7.4. Gestão de riscos da segurança da informação; 7.4.1. Conhecimentos na estruturação da disciplina de Gestão de Riscos de SI, e na condução de Análises de Riscos da SI; 7.4.2. Referências principais: ISO 31000, ISO 31010, ISO 27005 (em suas versões mais recentes); 7.5. Controles de Segurança Cibernética e de Privacidade; 7.5.1. Conhecimento quanto às boas práticas de mercado no tocante à seleção e implantação de controles de segurança cibernética: CIS Control v8, CIS Control v8 – Guia Complementar de Privacidade, NIST SP 800-53 rev. 5 – Security and Privacy Controls for Information Systems and Organizations; 7.5.2. Conceitos de criptografia, aplicações e sistemas criptográficos. 7.6. Desenvolvimento seguro; 7.6.1. Conhecimento de boas práticas de mercado com relação à estruturação da disciplina de desenvolvimento seguro. Segurança da Cadeia de suprimento de software. Segurança na esteira de integração contínua (DevSecOps): OWASP SAMM - Software Assurance Maturity Model, BSIMM - Building Security in Maturity Model, Microsoft SDL - Security Development Lifecycle, NIST Secure Software Development Framework (SSDF), OWASP Top 10 (em todas as suas variantes); 7.7. Técnica e ferramentas de análise de segurança das aplicações: SAST (Testes Estáticos de Segurança de Aplicações), DAST (Testes Dinâmicos de Segurança de Aplicações), SCA (Software Composition Analysis); 7.8. Gerenciamento de serviços (ITIL v4); 7.8.1. Conceitos básicos, disciplinas, estrutura e objetivos; 7.9. Governança de TI (COBIT 2019); 7.9.1. Conceitos básicos, estrutura e objetivos; 7.10. Conceitos de gestão de processos e modelagem de processos de negócio usando BPMN. 8. NOVAS TECNOLOGIAS. 8.1. Conceitos de Computação Verde; 8.2. Conceitos da Internet das Coisas (IOT); 8.3. Conceitos de Smart Contracts e Blockchains; 8.4. Inteligência Artificial Generativa e Large Language Models (LLM); 8.4.1. Engenharia de Prompts; 8.4.2. Integração com APIs de LLM; 8.4.3. Embeddings; 8.4.4. Bibliotecas LangChain e LlamaIndex.

CARGO 404: TÉCNICO JUDICIÁRIO; ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Conhecimentos específicos: 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1.1. Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. 1.2. Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 1.3. Gestão de processos. 1.4. Gestão da qualidade. 1.5. Gestão de projetos. 1.6. Planejamento estratégico. 1.7. Excelência nos serviços públicos. 1.8. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público. 1.9. Gestão de resultados na produção de serviços públicos. 1.10. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. 1.11. O paradigma do cliente na gestão pública. 1.12. Sustentabilidade pública e acessibilidade. 2. GESTÃO DE PESSOAS: 2.1. Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização. 2.2. Fundamentos, teorias e escolas da administração e o seu impacto na gestão de pessoas. 2.3. Função do órgão de recursos humanos. 2.3.1. Atribuições básicas e objetivos. 2.3.2. Políticas e sistemas de informações gerenciais. 2.4. Comportamento organizacional. 2.4.1. Relações indivíduo/organização. 2.4.2. Liderança, motivação e desempenho. 2.4.3. Qualidade de vida. 2.5. Gestão por competências. 2.6. Lei nº 8.112/1990 (direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis). 2.7. Tendências em gestão de pessoas no setor público. 3. GESTÃO DE CONTRATOS: 3.1. Legislação aplicável à contratação de bens e serviços. 3.1.1. Lei nº 14.133/2021. 3.2. Elaboração e fiscalização de contratos. 3.2.1. Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 3.2.2. Papel do fiscalizador do contrato. 3.2.3. Papel do preposto da contratada. 3.2.4. Acompanhamento da execução contratual. 3.2.5. Registro e notificação de irregularidades. 3.2.6. Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

CARGO 405: TÉCNICO JUDICIÁRIO; ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA; ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL

Conhecimentos específicos: 1. SEGURANÇA JUDICIÁRIA. 1.1. Segurança de dignitários: técnicas, táticas e operacionalização; objeto e modus operandi; 1.2. Análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico; aplicação de métodos; 1.3. Planejamento de contingências: necessidade; planejamento; componentes do planejamento; manejo de emergência; gerenciamento de crises; procedimentos emergenciais; 2. Noções de planejamento de segurança: conceito, princípios, níveis, metodologia, modularidade e faseamento, fases do planejamento; segurança corporativa estratégica: segurança da gestão das áreas e instalações; 2.1. Identificação, emprego e utilização de equipamentos eletrônicos de segurança: controles de acesso, sensores, sistemas de alarme, barreiras perimetrais, CFTV (circuito fechado de televisão); 3. Noções de segurança da informação: descrição e segurança de informações; graus de sigilo; atributos básicos; ameaças e vulnerabilidade; comportamento do agente; 3.1. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709 /2018 e suas alterações). 4. Noções sobre serviço de inteligência: finalidade; utilização; legislação básica; conceitos básicos na Linguagem de Inteligência; fontes de coleta; metodologia de produção de conhecimentos; 4.1. Lei nº 9.883/1999 e suas alterações; 4.2. Decreto nº 11.693/2023 e suas alterações; 4.3. Estratégia Nacional de Inteligência; 4.4. Decreto nº 8793/2016 e suas alterações (Política Nacional de Inteligência); 4.5. Noções de contrainteligência; 5. Noções de gestão de conflitos: negociação, postura, critérios de ação; 5.1. Decreto nº 12341/2024; 5.2. Critérios de ação; 5.3. Classificação dos graus de risco: tipologia dos causadores; fases; pré-confronto ou preparo; resposta imediata; plano específico; 5.4. Perímetros táticos; 5.6. Técnicas de negociação; 6. Noções de combate a incêndio: prevenção e proteção contra incêndios, conceitos básicos, elementos do fogo, propagação do calor, classes de incêndio, métodos de extinção, agentes extintores de incêndio, sistema de hidrantes, alarmes de emergência, iluminação de emergência, sinalização de rota de fuga, equipamentos de proteção individual; 7. Noções de

primeiros socorros: avaliação da cena, avaliação da vítima, primeiros cuidados, parada cardiorrespiratória, lesões traumáticas, lesões térmicas, sangramento, asfixia, inconsciência e desmaios, transporte da vítima; 8. Legislação: 8.1. Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (apresentação e uso de documento de identificação pessoal); 8.2. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Lei que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM.); 9. NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. 9.1. Teoria geral dos direitos humanos; 9.1.1. Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação; 9.2. Afirmção histórica dos direitos humanos; 9.3. Direitos humanos e responsabilidade do Estado; 9.4. Direitos humanos na Constituição Federal; 9.5. Política Nacional de Direitos Humanos; 9.6. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos; 9.7. Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos); 10. NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL. 10.1. Princípios básicos; 10.2. Aplicação da lei penal; 10.2.1. A lei penal no tempo e no espaço; 10.2.2. Tempo e lugar do crime; 10.2.3. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; 10.3. O fato típico e seus elementos; 10.3.1. Crime consumado e tentado; 10.3.2. Ilícitude e causas de exclusão; 10.3.3. Excesso punível; 10.4. Crimes contra a pessoa; 10.5. Crimes contra o patrimônio; 10.6. Crimes contra a fé pública; 10.7. Crimes contra a Administração Pública; 10.8. Da ação penal. 10.9. Da competência. 10.10. Prova; 10.10.1. Preservação de local de crime; 10.10.2. Requisitos e ônus da prova; 10.10.3. Nulidade da prova; 10.10.4. Documentos de prova; 10.10.5. Reconhecimento de pessoas e coisas; 10.10.6. Acareação; 10.10.7. Índícios; 10.10.8. Busca e apreensão; 10.11. Restrição de liberdade; 10.11.1. Prisão em flagrante; 10.11.2. Prisão preventiva; 10.11.3. Prisão temporária; 10.11.4. Prisão domiciliar; 10.11.5. Relaxamento e liberdade provisória; 10.11.6. Medidas cautelares diversas da prisão; 10.11.7. A implantação das audiências de custódia. 10.12. Dos recursos em geral.

406 CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO; ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO; ESPECIALIDADE: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS

Conhecimentos específicos: 1. PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS. 1.1. Lógica de programação; 1.2. Algoritmos, depuração; 1.3. Segurança da informação; 1.3.1 Serviços de autenticação, SSO Single Sign-On, Protocolo OAuth2; 1.3.2. Conceitos de criptografia, aplicações e sistemas criptográficos; 1.3.3. Análise estática de código fonte (SAST); 1.4. Qualidade de software; 1.4.1. Teste unitário; 1.4.2. Mocks, stubs; 1.4.3. Teste de integração; 1.4.4. Teste de RNF (carga, estresse); 1.4.5. Revisão e programação por pares; 1.4.6. Desenvolvimento orientado a testes (TDD); 1.4.7. Testes automatizados; 1.4.8. Prevenção da perda de dados (DLP), EDR, XDR, ZTNA; 1.5. Arquitetura cliente-servidor multicamadas; 1.6. Noções sobre desenvolvimento e manutenção de sistemas e aplicações; 1.7. Paradigma de orientação a objetos; 1.7.1. Conceitos e aplicações; 1.8. Noções sobre metodologias de análise, projeto e desenvolvimento de sistemas; 1.9. Tecnologias web; 1.9.1. HTML5, CSS3, JavaScript, TypeScript, WebSocket; 1.9.2. AJAX, REST, Single Page Application (SPA) e Framework Angular; 1.9.3. Usabilidade, responsividade e acessibilidade na Internet, padrões W3C; 1.10. Linguagens, plataformas e frameworks de programação; 1.10.1. Linguagens Python 3, Java (versão 8 e superiores) e PHP; 1.10.2. Framework Spring, Spring Boot, JPA, JDBC, Hibernate, JNDI; 1.10.3. Conhecimentos sobre desenvolvimento para plataforma Android; 1.10.4. Coleções e threads. 1.11. Interface de interação com usuário; 1.11.1. Interface gráfica, ergonomia e usabilidade; 1.12. Metodologias ágeis para o desenvolvimento de software: Scrum, XP, Lean; 1.13. Unified Modeling Language (UML). 2. BANCOS DE DADOS E BIG DATA. 2.1. Banco de dados; 2.1.1. Conceitos básicos; 2.1.2. Arquitetura; 2.1.3. Estruturas de dados; 2.1.4. Noções de administração de dados e de banco de dados; 2.1.5. Oracle 21C, MySQL, PostgreSQL, SQLite; 2.1.6. Arquitetura e políticas de armazenamento de dados; 2.1.7. Características dos bancos de dados relacionais; 2.2. Engenharia de dados – ingestão e armazenamento de grande quantidade de dados (Big Data); 2.3. Modelagem de dados (conceitual, lógica e física); 2.3.1. Diagramas entidade-relacionamento e mapeamento para modelo relacional; 2.4. Abordagem relacional; 2.5. Modelagem e normalização de dados; 2.6. Integridade referencial; 2.7. Metadados; 2.8. Modelagem dimensional; 2.9. Linguagem de consulta estruturada (SQL ANSI); 2.10. Linguagem de definição de dados (DDL); 2.11. Linguagem de manipulação de dados (DML); 2.12. SGBD; 2.13. Propriedades de banco de dados; 2.14. Banco de dados NoSQL; 2.15. Banco de dados em memória; 2.16. Data Lakes e soluções para Big Data; 2.17. Dados Estruturados e Não Estruturados; 2.18. Avaliação de modelos de dados; 2.19. Técnicas de Integração e Ingestão de Dados (ETL/ELT, Transferência de Arquivos e Integração via Base de Dados); 2.20. Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais; 2.21. Conceitos de Aprendizado de Máquina, Inteligência Artificial, Análise de Dados e Big Data; 2.22. Noções para Otimização de Performance em Larga Escala. 3. INFRAESTRUTURA. 3.1. Redes de computadores; 3.1.1. Fundamentos de comunicação de dados; 3.1.2. Estações e servidores; 3.1.3. Tecnologias de redes locais e de longa distância; 3.1.4. Arquitetura TCP/IP; 3.1.5. Arquitetura cliente-servidor; 3.1.6. Conceitos de Internet e intranet; 3.1.7. Serviços e protocolos de rede: DNS, DHCP, WINS, LDAP, SMTP, SMB, IMAP, POP3, SNMP, WMI, HTTP, HTTPS, Telnet, SSH, FTP, File Server; 3.1.8. IPv4 e IPv6; 3.2. Sistemas operacionais; 3.2.1. Fundamentos, gestão de processos, gestão de memória, gestão de entrada e saída; 3.2.2. Administração de sistemas operacionais Windows Server 2012 e 2016, Ubuntu Server 22.04 e superiores; 3.3. Noções de arquitetura de TI; 3.4. Containerização de aplicações, Docker e DevOps. 4. NOVAS TECNOLOGIAS. 4.1. Conceitos de Computação Verde; 4.2. Conceitos da Internet das Coisas (IoT); 4.3. Conceitos de Smart Contracts e Blockchains; 4.4. Inteligência Artificial Generativa e Large Language Models (LLM); 4.4.1. Engenharia de Prompts.